

Combatendo a desigualdade social – o MST e a Reforma Agrária no Brasil

MIGUEL CARTER (ORG.)

São Paulo: Editora Unesp, Centre for Brazilian Studies, Universidade de Oxford, NEAD, MDA, 2010, 563p.

ISABEL LOUREIRO*

Esta coletânea reúne estudos de especialistas em questão agrária e movimentos sociais, produzidos para uma conferência internacional no *Centre for Brazilian Studies* da Universidade de Oxford, em 2003, e revistos até 2007, com a finalidade de investigar a desigualdade no meio rural brasileiro, suas origens, consequências e reações atuais a essa situação. O seu maior mérito consiste não só em sistematizar a vasta literatura existente sobre o tema, mas também, a partir de um levantamento empírico meticuloso, organizar dados esparsos, provenientes de diversas fontes, a respeito da questão agrária e do MST no Brasil.

O livro divide-se em quatro partes: a primeira trata dos antecedentes históricos do MST, a segunda da luta *pela* terra (acampamentos), a terceira da luta *na* terra (assentamentos), a quarta das relações entre o MST, a política e a sociedade no Brasil. A tese do organizador, exposta na Introdução e na Conclusão, e demonstrada nos 18 artigos, é que, contrariamente ao que afirmam seus detratores, o MST contribuiu para o fortalecimento da democracia no Brasil na medida em que luta contra a desigualdade.

Esse tema é introduzido a partir da comparação entre dois eventos emblemáticos do Brasil no começo do século XXI, ocorridos no primeiro semestre de 2005: a Marcha do MST, em que durante 16 dias 12 mil trabalhadores rurais percorre-

* Membro do Comitê editorial de *Crítica Marxista*.

ram mais de 200 quilômetros até chegar a Brasília, e a inauguração da Daslu, a maior loja de departamentos de produtos de luxo do planeta, com a presença do governador e do prefeito de São Paulo. A Marcha, cujo objetivo era pressionar o governo Lula a favor da reforma agrária, transcorreu em clima de harmonia e tranquilidade. Mesmo assim, foi atacada pela mídia, que viu nos 300 mil reais gastos com água e alimentação um ato de corrupção política. Em contrapartida, tratou de maneira benevolente a dona da Daslu, presa pela Polícia Federal em julho de 2005, acusada de sonegar 24 milhões de reais em dez meses.

Os dados sobre a desigualdade no Brasil são chocantes: os 10% mais ricos da população detêm 46% da renda nacional, ao passo que aos 50% mais pobres restam apenas 13%. Somente alguns países africanos extremamente pobres são mais desiguais que o Brasil. No campo a situação é ainda pior: 1% dos proprietários rurais controla 45% das terras cultiváveis, ao passo que 37% possuem apenas 1% da mesma área. É evidente o vínculo profundo entre os dois mundos – a pobreza iníqua é o reverso da riqueza obscena. É essa situação absurdamente injusta que faz que o MST não seja apenas um movimento restrito à reforma agrária, mas que “desafia as desigualdades seculares do Brasil” (Carter, 2010, p.37).

Em resumo, a luta *pela* terra e *na* terra precisa ser compreendida em um contexto em que prevalecem, desde a Colônia, relações de extrema desigualdade que impedem uma reforma agrária progressista. É o que explica em grande parte a força, a fraqueza e os limites do MST.

Vários artigos, ao voltarem às origens do MST, mostram como o atual modelo de desenvolvimento agrário do Brasil, fundado no agronegócio e na proteção da grande propriedade fundiária, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar, mantendo-se assim, apesar da democratização política, das leis a favor da reforma agrária e da demanda popular por terra. Vemos também como o MST foi se estruturando de maneira realista e pragmática em resposta às políticas do Governo Federal, mais ou menos repressivas ou simpáticas à causa da reforma agrária.

Com a eleição de Lula, o MST tinha a esperança de que seu aliado histórico finalmente fizesse uma reforma agrária progressista. Mas apesar do aumento do número de famílias assentadas por ano em relação ao governo anterior, isso ocorreu em grande parte em terras públicas na Amazônia, ou em assentamentos já existentes. Os dados são inquestionáveis no tocante à inexistência de vontade política para diminuir a concentração da propriedade da terra, assim como no reforço à opção pelo agronegócio, que começou nos anos 1990.

A partir dessa época, muda o eixo da questão agrária no Brasil. O principal obstáculo à reforma agrária e à agricultura camponesa não é mais o latifúndio improdutivo, mas o agronegócio que, num jogo de cartas marcadas (basta lembrar a não atualização dos índices de produtividade para efeito de desapropriação de terras) continua sendo fortemente subsidiado: durante o governo Lula, ele obteve sete vezes mais recursos que a agricultura familiar, responsável por 87% dos empregos no campo.

Contra as caricaturas do MST como “fundamentalista”, “terrorista”, “ameaça perigosa” e “irracional”, o livro mostra que o movimento adota uma prática racional de enfrentamento da questão agrária e contribui, por várias razões, para o fortalecimento da democracia no Brasil: combate as enormes disparidades sociais, organiza e incorpora setores marginalizados da população, desenvolve o exercício da cidadania entre os pobres, luta por seus interesses e valores por meio do “ativismo público” e defende ideais utópicos, que fazem avançar a democracia.

Em um país em que a paralisia patrimonialista e oligárquica contamina todas as forças políticas, só com pressão social um movimento de pessoas pobres pode chamar a atenção da sociedade e ter acesso aos fundos públicos, já que não tem representação no Congresso, nem influência na grande mídia. O que explica a força e a originalidade do MST é sua “capacidade de sustentar e equilibrar a firmeza de seus ideais com a busca de soluções práticas para atender seus problemas cotidianos” (Carter, 2010, p.231).

A parte sobre os assentamentos é a mais interessante. Pesquisas de campo expõem com franqueza os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais após o acesso à terra: heterogeneidade dos assentamentos, baixo nível de instrução dos assentados, peso do mandonismo, clientelismo, machismo e racismo característicos do meio rural. Mas essas pesquisas também mostram que, graças aos assentamentos, entre 1985-2006, mais de 5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza conseguiram moradia, renda e alimentação, o êxodo rural diminuiu, o aumento do poder aquisitivo dos assentados contribuiu para fortalecer o comércio local, a mobilização pela terra criou novas demandas: educação, saúde, cultura, as novas lideranças assim criadas introduziram mudanças políticas nos municípios e, por fim, um argumento pragmático: a criação de um posto de trabalho gerado pela reforma agrária é muito mais barata que na indústria, comércio ou serviços.

Os desafios postos pelos assentamentos ampliaram os horizontes do MST, que passou a incorporar novos temas à sua perspectiva de classe: gênero, ecologia, direitos humanos, saúde, diversidade cultural, soberania alimentar, soberania nacional, solidariedade internacional. Essa flexibilidade do movimento, que se formou e se constrói na luta, é uma das razões do seu sucesso. Mas o que mais o distingue de outros movimentos camponeses passados e presentes é o enorme investimento na educação, qualificação e formação política de seus integrantes. Um número apenas: de 1988 a 2002 o setor de formação ministrou cursos e oficinas para mais de 100 mil militantes.

O livro alimenta a esperança de que o agronegócio, baseado em um modelo produtivo industrial de alto custo ambiental (uso de transgênicos e agrotóxicos), se torne em breve uma prática arcaica. Nesse sentido, o MST, com uma concepção de produção camponesa em que a terra é usada para viver e não para negociar, contribui para difundir valores não capitalistas no meio rural. E também porque insere a luta camponesa em um projeto amplo de transformação econômica, social e política do país e em uma disputa a respeito do modelo de civilização:

ou continuação do sistema de produção e consumo capitalista, baseado na lógica do progresso e do crescimento sem limites, com o esgotamento dos recursos do planeta, ou um sistema socialista, assentado em relações fraternas, justiça social e na ideia de uma vida em equilíbrio com a natureza. Em suma, este livro mostra que o MST é um elemento civilizador na sociedade brasileira.

LOUREIRO, Isabel. Resenha de: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Unesp, Centre for Brazilian Studies, Universidade de Oxford, NEAD, MDA, 2010, 563p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.31, 2010, p.155-158.

Palavras-chave: Desigualdade; MST; Reforma agrária; Brasil.